



Foto: Chan Fotógrafo SOCIE5C (CC BY-NC-ND 2.0)

CADERNO 3



TRANSIÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO

Firjan **SESI**

PARCERIA





PARCERIA



CADERNO 3

TRANSIÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO

Outubro/2023

FICHA TÉCNICA



CADERNO 3

TRANSIÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO

Cooperação técnica

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Serviço Social da Indústria (Firjan Sesi)

Autor

Luiz Guilherme Scorzafave (Consultor PNUD)

Colaboradores

Gabriel Bemfica, Gustavo Ladeira, Renato Schwambach Vieira e Tiago Ferraz

Coordenador técnico

Vítor Pereira (Consultor PNUD)

Revisão técnica

Andréa Marinho (Firjan Sesi), Maria Teresa Amaral Fontes (PNUD), Thaís Versiani Venancio Pires (PNUD) e Regina Malta (Firjan Sesi)

Concepção

Augusto Franco de Alencar e Andréa Marinho (Firjan Sesi)

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA — Firjan Sesi

A Firjan Sesi exerce papel fundamental no desenvolvimento social brasileiro, colaborando efetivamente com a melhoria da qualidade de vida do trabalhador da indústria, seus familiares e comunidade em geral por meio de seus serviços nos campos da educação, saúde, cultura, esporte e lazer.

Presidente: Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-Presidente: Luiz César Caetano

2º Vice-Presidente: Carlos Erane de Aguiar

1º Vice-Presidente CIRJ:

Carlos Fernando Gross

2º Vice-Presidente CIRJ:

Raul Eduardo David de Sanson

Diretor de Competitividade Industrial e Comunicação Corporativa:

João Paulo Alcantara Gomes

Diretor Executivo Sesi SENAI:

Alexandre dos Reis

Diretora de Gestão de Pessoas (interina):

Adriana Torres

Diretora de Compliance e Jurídico:

Gisela Pimenta Gadelha

Diretora de Finanças e Serviços Corporativos:

Luciana Costa M. de Sá

Diretor de Educação: Vinícius Cardoso

Serviço Social da Indústria — Firjan Sesi

Concepção

Consultora de Educação:

Andréa Marinho de Souza Franco

Coordenação

Consultora de Educação:

Andréa Marinho de Souza Franco

Assessora de Educação:

Regina Helena Malta Nascimento

Gerência Geral de Comunicação

Gerente Geral: Karla de Melo

Gerente de Comunicação e Marca:

Fernanda Marino

Equipe Técnica

Coordenadora de Comunicação e Marca:

Luciana Sancho Siqueira de Souza

Especialista de Comunicação e Marca:

Carolina Thurler Nacif

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) contribui, há mais de 50 anos, para o crescimento inclusivo e sustentável, de forma contínua e em bases democráticas, sempre em parceria com o Estado, a sociedade civil organizada e o setor privado.

Representante Residente a. i.:

Carlos Arboleda

Representante Residente Assistente:

Maristela Baioni

Líder da Unidade Desenvolvimento Socioeconômico Inclusivo:

Cristiano Prado

Oficial de Programa da Unidade de Desenvolvimento Socioeconômico Inclusivo:

Maria Teresa Amaral Fontes

Associada de Programa: Mônica Azar

Gerentes de Projetos: Guilherme Berdú,

Luciana Brant e Thaís Versiani Venancio Pires

Assistentes de Projetos: Karen Barros,

Maria Beatriz Nakatani, Marina Veloso Rocha

e Melissa Silva

Clerks: Isadora Ruotulo e Manuela Lima

Equipe de Comunicação: Luciano Milhomem,

Roberto Astorino, Flávia Amaral de Faria e

Manoel Salles

Contato: dsi.br@undp.org



Foto: Tony Winston/Agência Brasília (CC BY 2.0)

Sumário

Apresentação	8
1. Introdução	10
2. Mecanismos e experiências com programas do mundo real	14
2.1 O papel da remuneração do trabalho na redução da evasão	14
2.1.1. <i>Summer Youth Employment Program</i> — Nova Iorque, EUA	15
2.1.2. Programa de Experiência Profissional — Boston, EUA.....	16
2.2 Desenvolvimento de competências em programas de capacitação profissional	16
2.2.1 Programa <i>After School Matters</i> — Chicago, EUA	17
2.2.2. <i>Canada Summer Jobs</i> — Canada	17
2.2.3. Rede Mineira de Formação Profissional Técnica de Ensino Médio	18
2.3. Arranjos Governamentais que Propiciam Aprendizagem	19
2.3.1. Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE)	19
2.3.2. PRONATEC.....	20
3. Qualificação Profissional: dentro e fora do Ensino Médio	22
3.1. Preparo profissional na escola.....	23
3.1.1. Currículo, evasão e contexto brasileiro	23
3.1.2. Escolas de Educação Profissional e Tecnológica e evasão escolar	24
3.1.3. Itinerários formativos voltados para o mundo do trabalho.....	25
3.1.3.1. <i>Itinerários formativos: experiências internacionais</i>	26
3.2 Cursos profissionalizantes	27
3.2.1 <i>Juventud y Empleo</i> — República Dominicana.....	27
3.2.2 <i>Proyecto Joven</i> — Argentina	28
4. Adaptação e implementação	30
Referências	36

Apresentação

A pesquisa “Combate à Evasão no Ensino Médio — Desafios e Oportunidades” investigou o problema da evasão em suas múltiplas dimensões e mecanismos causais. Como resultado da pesquisa realizada sobre ações e práticas com impacto na redução da evasão, foi estruturado um repositório de práticas classificadas em cinco eixos temáticos de políticas: Apoio às aprendizagens, Apoio ao aluno na transição para o ensino médio e sua permanência, Transição para o mundo do trabalho, Propostas de ambientes de aprendizagem e inovação curricular e Apoio à gestão escolar e valorização da formação docente.

Cada um desses eixos está agora sendo tratado em um caderno específico, com vistas a uma compreensão mais aprofundada das possibilidades, dos impactos e das implicações das ações, a fim de facilitar sua avaliação e sua implementação.

1. Introdução

É bem identificado na literatura que o abandono escolar possui importantes impactos econômicos. Indivíduos com menor escolaridade tendem a conseguir empregos em ocupações menos especializadas, com salários mais baixos e pouca estabilidade. A literatura econômica sugere dois mecanismos principais para explicar a associação entre escolaridade e qualidade do trabalho. Em primeiro lugar, um fato consolidado é o de que maiores níveis educacionais estão associados a uma maior produtividade dos trabalhadores, o que impacta positivamente na remuneração que recebem pela sua mão de obra. Adicionalmente, a educação também pode funcionar como um mecanismo de sinalização. É comum que os empregadores tenham dificuldade para estimar a verdadeira produtividade de cada trabalhador no momento da contratação, especialmente no caso de jovens sem experiência prévia no mercado de trabalho. Entretanto, dada a relação conhecida entre educação e produtividade, os empregadores podem utilizar o nível educacional como uma aproximação da produtividade real e, assim, oferecer melhores contratos de trabalho aos trabalhadores com melhor formação educacional.

No Brasil, a questão da transição dos jovens da escola para o mercado de trabalho possui algumas particularidades. Por exemplo, a diferença de salários entre jovens que concluíram apenas o ensino médio e os que não concluíram é pequena, sendo, em média, de apenas 10 por cento nos primeiros 10 anos após o ingresso no mercado de trabalho.¹ Logo, os incentivos para a conclusão do ensino médio no país são relativamente baixos, tendo em vista que, independentemente de concluir ou não a educação básica, durante os primeiros anos de trabalho, em geral, os jovens recebem baixos salários e ocupam posições predominantemente informais e de alta rotatividade.²

1. Segundo dados da PNAD de 2019, discutidos no *policy paper* do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Economia Social (LEPES, 2021).
2. Um argumento que sustenta este diagnóstico se refere à barreira do primeiro emprego, a qual empurra muitos jovens para empregos informais e de baixa produtividade, como podemos ver em Corseuil (2014).

A literatura também mostra que a forma pela qual os jovens se inserem no mercado de trabalho pode ter efeitos significativos em longo prazo (ARELLANO-BOVER, 2022). Isto é: a qualidade do primeiro emprego obtido pelos trabalhadores tende a impactar toda a sua carreira profissional. Ocupações precárias, períodos de desemprego e alta rotatividade entre empregos informais comprometem seu acesso às estruturas de oportunidades profissionais no decorrer de suas carreiras, podendo induzir episódios recorrentes de desemprego no decorrer da vida.³

Assim, garantir boas oportunidades nesse momento inicial crítico das trajetórias profissionais pode resultar em amplos ganhos econômicos e sociais. Tal questão é particularmente crítica, caso o mecanismo de sinalização da educação seja proeminente. Se o diploma de ensino médio é uma sinalização que, aos olhos dos empregadores, pode ser usada como régua para dividir os jovens entre “mais produtivos” e “menos produtivos”, a primeira oportunidade de emprego para aqueles que evadem a escola tenderá a ser substancialmente inferior, afetando toda a trajetória profissional do trabalhador. É possível que os jovens, ao tomar a decisão de abandono da educação básica, não internalizem todos esses impactos de longo prazo da decisão.

Para lidar com o baixo nível de preparo para o mundo do trabalho que caracteriza grande parte dos jovens, existem diversas iniciativas, cada uma com suas características próprias, mas com o objetivo comum de facilitar a inserção profissional da juventude.

1. **Programas de estágio** permitem ao jovem acessar suas primeiras oportunidades e desenvolver, em uma experiência prática, as competências necessárias para desempenho, de modo satisfatório, no mundo do trabalho.
2. **Oportunidades de qualificação profissional**, dentro ou fora das empresas, permitem ao jovem aprender e desenvolver competências técnicas específicas, que lhe dão acesso a oportunidades de trabalho mais qualificadas.
3. Por fim, a **promoção de uma formação técnica** alinhada às transformações em curso no mundo do trabalho pode ajudar a desenvolver as competências necessárias e a flexibilidade, para se adaptar a um mundo do trabalho em evolução.

Com relação às iniciativas de formação técnica, vale destacar que tais programas têm o potencial de promover nos jovens, além da capacitação técnica, uma série de *soft skills* importantes para o desenvolvimento profissional (HECKMAN; KAUTZ, 2012), para o

3. Fenômeno conhecido, na literatura de economia do trabalho, como *scar effect* (SCHMILLEN; UMKEHRER, 2017).

desempenho escolar (DURLAK *et al.*, 2011) e para a redução da evasão (DYNARSKI *et al.*, 2008). De fato, estudos recentes têm mostrado que tais habilidades são complementares às competências técnicas e estão, cada vez mais, presentes nos postos de trabalho mais qualificados (DEMING, 2017). Assim, apesar de não ser o intuito primário das iniciativas de formação técnica, a preparação dos jovens para a inserção no mundo do trabalho pode também criar os incentivos necessários para que os jovens enxerguem um novo significado na escola, melhorando seu desempenho e reduzindo as taxas de evasão.

Por exemplo, o *Neighborhood Youth Corps* (NYC) foi um programa norte americano implementado na década de 1960, com o propósito de prover experiências de trabalho e orientação vocacional a jovens. O programa levou à redução nas taxas de evasão no ensino médio em Pittsburgh, Washington e Minneapolis (DEPARTMENT OF LABOR, 1968). Assim como o NYC, diversos programas visam capacitar a juventude para ingresso no mercado de trabalho e, embora não objetivem combater a evasão escolar, têm potencial indireto de acionar uma série de mecanismos que sirvam a esse fim. Nas seções seguintes, discutiremos mais sobre como funcionam esses mecanismos, além de trazer mais exemplos de iniciativas e fazer recomendações de boas práticas para os gestores que se interessarem na adaptação e implementação de iniciativas desta natureza.

2. Mecanismos e experiências com programas do mundo real

2.1 O papel da remuneração do trabalho na redução da evasão

Iniciativas que buscam auxiliar os jovens na transição da escola para o mundo do trabalho podem ser poderosas ferramentas para combater a evasão escolar. Um dos motivos pelos quais os jovens evadem da escola — sobretudo aqueles carentes — é por necessidades financeiras, isto é, as horas dedicadas aos estudos são horas que poderiam ser dedicadas ao trabalho, dando-lhes a possibilidade de contribuir com as despesas de casa.

Para remediar essa situação, programas de aprendizagem com prática profissional remunerada podem ser excelentes alternativas, pois, além de darem ao estudante ferramentas necessárias para um bom desempenho no mundo do trabalho, também reduzem seu custo de oportunidade em permanecer na escola.

Neste sentido, a remuneração dada ao jovem pode ser entendida como o principal mecanismo pelo qual tais programas podem combater a evasão escolar. Ainda que não diretamente relacionados a essas iniciativas, uma série de evidências demonstra como maiores recursos financeiros para as famílias podem ser eficazes em incentivar a permanência dos jovens na escola, corroborando o mecanismo descrito.

A análise de um experimento de transferências incondicionais no sudeste da África, por exemplo, identificou que houve um declínio na evasão escolar para as famílias que recebiam as transferências (BAIRD; MCINTOSH; ÖZLER, 2011), resultado em linha com o aumento no número de matrículas na escola na África do Sul (CASE; HOSEGOOD; LUND, 2005) e no Equador (SCHADY *et al.*, 2008). Circunscritos nesse contexto, podemos, então, imaginar que estágios remunerados tenham potencial para concretizar esse mecanismo que ajuda jovens a permanecerem na escola, na medida em que eles reduzem esse custo de permanência nos estudos.

2.1.1. *Summer Youth Employment Program* — Nova Iorque, EUA

Um programa que pode ilustrar melhor essa questão é o Programa de Emprego de Jovens de Verão (*Summer Youth Employment Program* (SYEP), em inglês), que ocorre anualmente na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, conectando jovens em situação de vulnerabilidade a experiências profissionais remuneradas durante as férias escolares. Desde 2005, o município implementa a maior iniciativa de experiência profissional de verão do país, chamada *Out of School Time* (OST).

São elegíveis residentes da cidade que estiverem legalmente autorizados a trabalhar em solo americano. As inscrições são abertas a todos jovens com idade entre 14 e 24 anos, e a seleção dos participantes é feita via sorteio. Só no ano de 2021, foram selecionados 74.884 jovens para vagas de trabalho. Aos participantes, são oferecidos: preparação para o mundo e a rotina do trabalho, aprendizado fundamentado em projetos, treinamento em alfabetização financeira, além da própria experiência laboral. Cada participante recebe remuneração conforme o salário mínimo de USD 15 por hora trabalhada durante as sete semanas de duração, ocorridas entre os meses de julho e agosto. Os participantes são colocados em empregos considerados de nível básico e trabalham até 25 horas por semana.

O programa oferece empregos de diversos perfis, abrangendo trabalhos em museus, creches, agências governamentais, escritórios de advocacia e até em hospitais. E cerca de metade dos empregos oferecidos pelo programa é em acampamentos de verão ou creches. Entre 2005 e 2008, aproximadamente, 85,6 por cento dos empregos eram em organizações privadas e 14,3 por cento, em entidades governamentais (GELBER; ISEN; KESSLER, 2016).

Embora modesto, o programa aparenta ter impactos positivos na frequência escolar dos participantes: em média, observa-se um aumento de 1 por cento a 2 por cento.⁴ Quando se pensa em estudantes que correm maior risco educacional, esse impacto é mais significativo, especialmente aqueles com 16 anos ou mais que não frequentam a escola, chegando a um aumento de, aproximadamente, 3 por cento. Além disso, foi constatado que o SYEP aumenta a probabilidade de os participantes tentarem e também passarem em exames das disciplinas de inglês e matemática, embora não tenha sido verificado efeito significativo nas pontuações desses testes.

4. Valor estimado no trabalho de Leos-Urbel (2014).

2.1.2. Programa de Experiência Profissional — Boston, EUA

Na cidade de Boston, outro programa semelhante pode ser citado — o Programa de Experiência Profissional durante as férias, que ajuda jovens de 14 a 24 anos a encontrar trabalhos temporários durante o verão, conectando-os a empregadores locais. O programa emprega anualmente mais de 10 mil jovens, e os selecionados recebem treinamento e são alocados em empregos subsidiados ou privados, ganhando o salário mínimo do Estado de Massachusetts.

A duração é de seis semanas e tem carga horária de até 25 horas por semana, de modo a fornecer renda direta para os jovens e suas famílias, ajudando a reduzir a sua condição de pobreza. Cerca de metade dos jovens no Programa de Boston relata ajudar a pagar as contas domésticas, e um em cada cinco economiza para a faculdade (MODESTINO; PAULSEN, 2023).

Em termos de efeitos de curto prazo, os participantes relataram uma melhora em habilidades sociais e atitudes em relação às suas comunidades, maior aptidão para o trabalho e maiores aspirações acadêmicas. Em termos de resultados em longo prazo, aqueles do grupo de tratamento tiveram uma redução de 25 por cento na chance de evadir da escola durante o ensino médio e uma chance de concluir o ensino médio 67,1 pontos percentuais maior que os alunos do grupo de controle.⁵ Verificou-se, ainda, reduções significativas no número de acusações por crimes violentos (-35 por cento) e crimes contra a propriedade (-57 por cento), durante os 17 meses após a participação no programa.

2.2 Desenvolvimento de competências em programas de capacitação profissional

Mais um aspecto de iniciativas de experiências profissionais pode ser ressaltado aqui: ao prover um espaço de trabalho, uma rotina e ocupar os jovens, esses programas também podem contribuir para redução de envolvimento em comportamentos de risco, fornecendo atividades produtivas para ocupar o tempo livre dos jovens. Além disso, essa atividade produtiva, ao mesmo tempo em que gera ensinamentos de caráter técnico aos jovens, pode facilitar o desenvolvimento de muitas competências, entre elas, habilidades não cognitivas, como responsabilidade, motivação, gestão do tempo, autoconfiança e determinação, que são importantes para o sucesso na vida adulta, além de melhorarem a frequência escolar.

Essa discussão nos leva a outra maneira pela qual programas de preparo para o mundo do trabalho combatem a evasão escolar: por meio do desenvolvimento de competências socioemocionais. Apesar da contribuição à ampliação da macrocompetência de abertura ao novo, a interação com os colegas e a imersão em ambientes de aprendizado podem propiciar a geração de saberes e as capacidades associadas à responsabilidade, à autorregulação, ao planejamento e à tolerância à frustração, por exemplo.

Além disso, Poropat (2009) e Almlund *et al.* (2011) mostram que essas habilidades têm uma forte contribuição no que se refere a aprendizado e performance escolar. Sendo assim, essas competências podem contribuir para que o jovem tenha maiores perspectivas sobre seu

5. Conforme estimado por Modestino e Paulsen (2023).

futuro, fazendo com que ele perceba a importância da escola como uma etapa crucial de seu desenvolvimento e incentivando-o a concluir os estudos básicos.

Um estudo a respeito de um programa de capacitação profissional em Israel revela que programas de desenvolvimento profissional podem aumentar a autoestima, a autoeficácia geral, a autoeficácia no trabalho, a determinação e outras habilidades dessa natureza (SCHLOSSER; SHANAN, 2022). É possível que, no decorrer de mentorias, orientação vocacional, treinamentos de qualificação profissional ou a partir de experiências práticas em uma rotina de trabalho, a exposição a novos desafios e aprendizados possa impactar positivamente o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, as quais servem não somente a propósitos de caráter profissional, mas também pessoal.

2.2.1 Programa *After School Matters* — Chicago, EUA

O programa *After School Matters* (ASM) é um projeto extracurricular de contraturno para adolescentes no Município de Chicago, do estado americano de Illinois. Esse programa oferece uma oportunidade para aprender habilidades voltadas para o mundo do trabalho por meio de estágios remunerados em áreas diversas, como tecnologia, esportes, comunicação e artes. Para os jovens que atendem, com sucesso, aos requisitos do Programa (entre eles, comparecimento e participação), o ASM fornece uma bolsa em dinheiro. A lógica da bolsa é contribuir com a diminuição das barreiras de participação e ter um impacto econômico sobre os adolescentes, suas famílias e comunidades.

A iniciativa também disponibiliza cursos voltados ao aperfeiçoamento de habilidades essenciais que preparam os adolescentes para a faculdade, para o futuro profissional e para a vida no século 21. Alguns desses cursos incluem: planejamento para o sucesso, conscientização social, comunicação verbal, colaboração e solução de problemas.

Atrelado aos cursos de orientação e desenvolvimento realizados, o contato que os jovens participantes têm com uma rotina profissional bem estabelecida, colegas de trabalho e responsabilidades próprias a um ofício pode contribuir para que esses adolescentes permaneçam estudando e optem pela conclusão dos estudos. Uma vez que são aprendidas habilidades utilizáveis em âmbito acadêmico e pessoal, é possível que haja, seguido de um amadurecimento por parte dos participantes, uma ressignificação da escola e das potencialidades para auxiliar na transição da escola para o trabalho.

Quando comparados com alunos semelhantes, mas que não participaram do programa, os jovens que participaram, de forma mais ativa, aparentaram ter mais chances de se formar no ensino médio, além de serem menos propensos a evadir da escola (GOERGE *et al.*, 2007). Mais especificamente, o relatório relativo à edição do programa que ocorreu em 2021 revela, por exemplo, que seus participantes têm 2,7 vezes mais chances de finalizar o ensino médio (AFTER SCHOOL MATTERS, 2022).

2.2.2. *Canada Summer Jobs* — Canada

Outra iniciativa que nos fornece um exemplo de como o desenvolvimento de competências socioemocionais pode contribuir no combate à evasão é o *Canada Summer Jobs* (CSJ).

Resumidamente, esse é um programa com o intuito de fornecer experiências de trabalho de qualidade para jovens, melhorar o acesso ao mercado de trabalho para jovens que enfrentam barreiras socioeconômicas, étnicas e culturais e oferecer oportunidades para que jovens desenvolvam habilidades que podem ser utilizadas em contextos múltiplos. Durante anos, o orçamento utilizado para a realização do programa contou com mais de \$215 milhões, de modo que, em 2018, foi alcançado o marco de mais de 70 mil estágios criados.

Os estudantes elegíveis devem ter entre 15 e 30 anos de idade, e a participação no programa exige que, no ano acadêmico anterior, os jovens estejam matriculados e que tenham a intenção de retomar os estudos e a escola no próximo ano acadêmico. Os empregadores, por sua vez, são preferencialmente elegíveis se suas empresas forem de pequeno porte e sem fins lucrativos, aptas a disponibilizar estágios com duração de 6 a 16 semanas de trabalho.

Segundo relatório, cerca de 80 por cento dos participantes mencionam que tiveram a oportunidade de desenvolver competências como pensamento crítico, colaboração, comunicação, liderança, adaptabilidade e criatividade (STRATEGIC AND SERVICE POLICY BRANCH, 2020, p. 22). Além disso, em geral, os jovens recebiam remuneração superior ao salário mínimo e um grande número de estudantes afirmou que isso os ajudou a economizar e a pagar despesas escolares.

Visto que experiências profissionais favorecem *soft skills* e habilidades reguladoras de emoção, indiretamente elas podem colaborar para o amadurecimento e o desenvolvimento pessoal, o que potencialmente influencia as pessoas a repensarem os custos de se abandonar a educação, possíveis ganhos ao se concluir o ensino médio e a resignificarem a escola em suas vidas.

A análise de um programa de estágios de verão encontra evidências que melhorias nas habilidades socioemocionais, além de correlacionadas com sucesso acadêmico, também guardam correlação positiva com frequência mais regular em ambientes escolares (MODESTINO; PAULSEN, 2023). No fundo, o argumento sugere que experiências profissionais podem desempenhar um papel mediador na melhoria da frequência e, em virtude disso, nas taxas de evasão escolar.

2.2.3. Rede Mineira de Formação Profissional Técnica de Ensino Médio

Outro exemplo da potencialidade do ensino técnico nesse âmbito foi uma política implementada a partir de 2007 pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Os cursos eram ofertados pela Rede Mineira de Formação Profissional Técnica de Ensino Médio, que abrangia escolas estaduais, conveniadas federais ou municipais, além de instituições públicas ou privadas credenciadas. A colaboração com instituições privadas deve-se, entre outras razões, ao fato de a rede pública estadual não conseguir expandir-se tão rapidamente para atender às necessidades de formação profissional.

Além de garantir aos estudantes a gratuidade dos cursos, o governo do estado também se encarregou de arcar com eventuais custos relacionados ao material didático. Já no seu primeiro ano de implementação, mais de 100 instituições de ensino ofereciam cursos técnicos em áreas distintas e, até o seu fim, em 2014, estima-se que mais de 145 mil jovens

foram atendidos pelo programa, com um custo médio de R\$ 2.400,00 por aluno formado em cursos técnicos de duração média de 1.300 horas.

2.3. Arranjos Governamentais que Propiciam Aprendizagem

Dada a variedade de mecanismos por meio dos quais programas de inserção no mercado de trabalho diminuem taxas de evasão, cada intervenção é capaz de dar enfoque em um mecanismo específico ou em uma combinação deles. Ou seja, o desenho de cada programa pode deliberadamente priorizar um mecanismo particular. Torna-se razoável imaginar que programas com desenhos similares, via de regra, enfatizam os mesmos mecanismos, operam de modo aproximado e não se diferenciam muito no jeito que impactam sobre a evasão escolar.

Contudo, existe um caso particular de intervenções com estágios remunerados que merece destaque. Esse caso específico ainda fornece aos jovens experiências profissionais, mas sua ocorrência é condicionada a um componente governamental que atua na intermediação da relação entre empresas e jovens.

O mecanismo pelo qual esses programas diminuem a evasão escolar será aqui discutido como “Arranjos Governamentais que Propiciam Aprendizagem”. Nesses casos, o governo desempenha um papel importante na conexão entre estudantes e firmas, preenchendo a lacuna existente entre esses agentes antes da entrada no mercado de trabalho.

Isso é alcançado com a articulação de arranjos entre os setores público e privado, possibilitando a ocorrência de iniciativas que não aconteceriam de forma espontânea, sem a mediação governamental, incluindo ações que conscientizem os jovens sobre a importância da qualificação e incentivem os empregadores a considerá-los como mão de obra viável. Oportunidades de trabalho são facilitadas pelo governo, que oferece subsídios financeiros e incentivos fiscais para reduzir os custos das empresas.

Essas ações podem ajudar a evitar a evasão escolar, uma vez que os jovens possivelmente encontram motivação em obter experiência profissional remunerada, percebem a importância da educação para o sucesso no mercado de trabalho, reduzem seus custos de continuar estudando e desenvolvem competências diversas.

2.3.1. Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE)

Em prol de exemplificar iniciativas dessa classe, discutiremos em mais detalhes o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), uma iniciativa brasileira que exemplifica bem o tipo de programa que estamos descrevendo. O programa foi criado em meados de 2003 pelo governo federal brasileiro em colaboração com o Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). O PNPE, que operou até 2007, ambicionava aumentar a escolarização e a qualificação de jovens para a prática profissional, de modo a facilitar a inserção destes no mercado de trabalho. Por meio de experiência profissional em empresas cadastradas, jovens entre 16 e 24 anos de todo território nacional tiveram a oportunidade de realizar estágios remunerados e desenvolver habilidades importantes para o seu futuro profissional.

Para ser contemplado como um participante do programa, os interessados não podiam ter vínculos empregatícios anteriores; precisavam ser membros de famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo da época; e estar matriculados e frequentando regularmente o ensino fundamental, médio ou cursos de educação de jovens e adultos (EJA).⁶ O Ministério do Trabalho, em prol de gerar incentivos para que os empregadores aderissem à parceria, desenvolveu dois roteiros de intervenções: um roteiro de subvenção econômica e um roteiro de Responsabilidade Social.

Os empregadores que optaram pela linha de subvenção tinham direito a um auxílio econômico no valor de seis parcelas bimestrais de R\$ 250,00, independentemente do porte da empresa, por estudante contratado. As empresas que seguissem pela linha de responsabilidade social abriram mão da subvenção e, por meio de um termo de adesão, comprometeram-se a contribuir com a criação de postos de trabalho para o público-alvo do programa. Em retorno, conforme critérios do PNPE, tais empresas receberam o selo “Parceira do Primeiro Emprego” e, já no primeiro ano de operação do programa, sete empresas de grande porte aderiram à linha de responsabilidade social e ofereceram mais de 40 mil vagas em diversos estados brasileiros.⁷

Uma vez que os jovens tiveram contato com a prática laboral pela criação desses postos de trabalho, também receberam a oportunidade de vislumbrar os desafios da vida profissional, assim como perceber a utilidade do domínio de um conjunto de habilidades e do investimento na própria qualificação para a inserção nesse mercado. Em virtude disso, os participantes, que tiveram a oportunidade de aumentar suas habilidades úteis ao mercado de trabalho, à finalização do ensino básico e ao planejamento de um projeto de vida, podem ter aprofundado sua motivação para finalizar os estudos.

À vista disso tudo, pode-se entender a atividade intermediadora das autoridades públicas como vital para o processo, dado que esse arranjo não teve origem espontânea por parte de empresas, mas sim de determinações políticas que visavam utilizar a cooperação público-privada para elevar a inserção social e profissional de jovens vulneráveis. Dessa forma, o convencimento dos empregadores a aderirem ao projeto é de extrema importância para a realização das atividades.

2.3.2. PRONATEC

Considerando, então, o contexto brasileiro, sancionado em outubro de 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi concebido com a intenção de aumentar a acessibilidade à Educação Profissional e Tecnológica. O programa implementou as Bolsas-Formação, disponíveis em duas modalidades específicas: Estudante e Trabalhador. A Bolsa-Formação Estudante tinha como finalidade subsidiar cursos técnicos para estudantes do ensino médio e a Bolsa-Formação Trabalhador visava à capacitação de pessoas em condição de vulnerabilidade social, disponibilizando cursos formativos com duração mínima de 160 horas.

6. Na realidade, os jovens até podiam ter concluído sua formação escolar, mas o estatuto do programa previa que, pelo menos, 70 por cento dos empregos criados em razão do PNPE seriam preenchidos por jovens que ainda não tenham concluído o ensino fundamental ou médio, o que maximizou o potencial do programa de servir à causa contra evasão escolar, pois parte considerável de seus beneficiários precisava estar estudando.

7. Anoreg Brasil (2004).

Em ambas as modalidades, os contemplados obtinham uma variedade de benefícios além da isenção de custos dos cursos. Também era garantido a eles acesso à alimentação, ao transporte e ao material didático gratuito, o que auxiliava na diminuição das despesas rotineiramente associadas à educação e, por conseguinte, combatia uma das causas primárias de abandono escolar.

Adicionalmente, a ampla oferta de vagas no ensino técnico proporciona aos jovens a oportunidade de ingressar em uma instituição que promove seu engajamento, visto que o aprendizado teórico aliado à prática tende a encorajar a permanência dos alunos na escola. Uma avaliação⁸ do programa que atendeu a milhares de estudantes por todo o país relata evidências de um efeito positivo sobre o desenvolvimento de habilidades não cognitivas.

8. Realizada por Camargo *et al.* (2018).

3. Qualificação Profissional: dentro e fora do Ensino Médio

Embora a experiência profissional seja uma maneira direta de introduzir os jovens ao mundo do trabalho, outra forma de facilitar sua transição da escola para a vida adulta é exercitar estrategicamente o desenvolvimento de certas habilidades dentro da sala de aula. Uma das principais similaridades entre os programas de qualificação descritos nesta seção reside no fato de que a capacitação dos jovens ocorre majoritariamente enquanto eles exercem a condição de estudantes, embora algumas iniciativas abranjam também alguma espécie de estágio prático. Existem iniciativas que estimulam *soft skills*, competências técnicas e, ainda, induzem maiores níveis de amadurecimento em jovens e não exigem experiências ocupacionais.

A oportunidade de se desenvolver em um desses espaços pode ter um grande impacto sobre a decisão do jovem de finalizar ou não os estudos, e os mecanismos que influenciam essa escolha tendem a ser bastante similares entre as iniciativas. Ao se referir a espaços de qualificação profissional, um primeiro pensamento pode se voltar para o ensino de habilidades estritamente técnicas, que objetivam a capacitação específica para profissões como soldador, mecânico, eletricista e, de forma mais generalizada, cargos no setor industrial.

No entanto, o aprendizado nesses ambientes não se restringe às habilidades técnicas, pois os jovens também desenvolvem uma variedade de competências de comunicação, sociais e emocionais, geralmente ligadas à autogestão, abertura ao novo e resiliência emocional, por exemplo. Tendo em vista que tais habilidades estão correlacionadas com capacidade de planejar e seguir um projeto de vida (TORRES *et al.*, 2022), a participação em programas dessa natureza pode capacitar os jovens a realizar planejamentos de médio e longo prazo e, assim, a reavaliar a relevância da escola em suas vidas, servindo de motivação à conclusão da educação básica.

Ao longo dessa seção, debateremos, com mais detalhes, algumas iniciativas que podem ajudar no processo de

qualificação profissional e que podem ser divididas em duas categorias cujos nomes são autoexplicativos: (I) Preparo profissional concomitante ao exercício escolar e (II) Cursos profissionalizantes.

3.1. Preparo profissional na escola

Concomitante ao incentivo dado para a elaboração de um planejamento e a execução de um projeto de vida, programas de qualificação técnica colocam os jovens em contato diário com ferramentas e competências que promovem o desenvolvimento de habilidades para o mundo do trabalho. Em linhas gerais, existem diversos tipos de iniciativas que visam preparar os alunos para a vida profissional simultaneamente à escola. Alguns deles são: os itinerários formativos voltados para o mundo do trabalho e as escolas de Educação Profissional e Tecnológica. Ambas visam aproximar os alunos do ensino médio de habilidades técnicas, de modo que, ao fim do curso, os jovens estejam mais preparados para se inserir no mercado de trabalho. Ainda que esses dois tipos de iniciativas tenham entre si mais semelhanças que divergências, é necessário que sejam abordadas de forma individualizada nas subseções a seguir.

3.1.1. Currículo, evasão e contexto brasileiro

No Brasil, uma parcela significativa da evasão escolar ocorre por desinteresse e desengajamento dos jovens. Neri (2019) mostra que 40,9 por cento dos jovens de 15 a 17 anos que evadiram da escola o fizeram por falta de interesse. Embora no Brasil tenha ocorrido um grande avanço na universalização do acesso ao ensino básico nas últimas três décadas, os conteúdos ensinados em sala de aula se mostram, cada vez mais, desconectados de um mundo em rápido processo de transformação, no qual se observam grandes mudanças na natureza dos empregos, seja pelas transformações tecnológicas ou pela extinção e surgimento de certos postos de trabalho, por exemplo.

Esta falta de adequação dos currículos escolares gera um descompasso entre o que os estudantes aprendem no dia a dia e as habilidades essenciais para a vida adulta, o que pode desencorajar sua permanência na escola ao gerar uma dificuldade em enxergar o seu propósito. Neste sentido, ao criar um ambiente no qual o jovem passa a ter maior contato com o mundo do trabalho, certos programas podem contribuir para reduzir o gargalo entre as habilidades úteis para a vida adulta e o currículo, deixando mais explícita a conexão entre os dois.

3.1.2. Escolas de Educação Profissional e Tecnológica e evasão escolar

A Educação Profissional e Tecnológica mostra-se uma estratégia eficaz para, ainda dentro da escola, preparar os jovens para o mundo do trabalho. Esta modalidade tem como objetivo equipar os estudantes com habilidades técnicas específicas para exercer determinadas profissões e, apesar de seus objetivos serem similares aos dos itinerários formativos, a natureza dessas duas iniciativas é distinta. Uma diferença-chave reside no momento de escolha da especialização. Nos itinerários formativos, essa decisão é tomada pelos jovens durante o ensino médio, como uma alternativa ao percurso acadêmico. Já na Educação Profissional e Tecnológica, a definição da especialização ocorre, de maneira geral, já no ato da matrícula, determinando, de forma mais imediata, o foco do estudo.

Esta modalidade de educação geralmente é oferecida no nível do ensino médio, e seus cursos técnicos cobrem uma variedade de áreas, entre outras, mecânica, automação industrial, saúde e tecnologia da informação. Uma das principais vantagens desse modelo é combinar o aprendizado teórico com a aplicação prática, o que contribui para maior engajamento dos jovens, retendo-os no ambiente escolar com maior facilidade. As escolas de ensino técnico e profissionalizante são consideradas um exemplo positivo de política de apoio à transição da escola para trabalho, com incentivos que podem ajudar a mitigar a evasão escolar.

Essas escolas possuem diferenças significativas com relação às regulares, tendo custos por aluno maiores, demandam melhor infraestrutura e tendem, em média, a ter turmas com menos alunos por professor, além de professores com salários ligeiramente maiores, por exemplo (OPPEN SOCIAL; ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO, 2020, p. 32). Evidências geradas a partir de escolas de ensino profissionalizante demonstram como um maior contato com conteúdos técnicos, durante o ensino médio, podem reduzir as taxas de evasão dos jovens. Nos Estados Unidos, além de contribuir para que os alunos terminassem os estudos no tempo correto, as escolas de ensino médio profissionalizantes aparentam ser um meio efetivo de reduzir a evasão escolar e melhorar o engajamento dos jovens com a escola (KEMPLE; SNIPES, 2000).

Indo ao encontro dessa evidência, o estudo sobre o sistema de ensino médio técnico de Connecticut (BRUNNER; DOUGHERTY; ROSS, 2023), por exemplo, mostrou que a participação em algum dos colégios profissionalizantes do distrito aumentava em 10 pontos percentuais a chance de conclusão do ensino médio para garotos. Do outro lado da moeda, foi possível observar que uma redução do conteúdo técnico oferecido nas escolas suecas (HALL, 2012) e croatas (ZILIC, 2018) gerou um aumento da evasão escolar, em especial para os alunos com desempenho acadêmico abaixo da média.

Já o estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (ELACQUA *et al.*, 2019) foi pioneiro em investigar, de forma aprofundada, os eventuais benefícios de escolas de ensino técnico com relação àquelas de ensino regular, ajudando a preencher um gargalo existente na quantidade de evidências disponíveis. A rápida expansão do ensino técnico em Pernambuco motivou essa investigação, tendo em vista que, segundo os autores, entre 2009 e 2017, enquanto o Brasil teve um aumento de 31 por cento no número de vagas no ensino técnico, este valor foi de cerca de 60 por cento no estado pernambucano. O principal resultado sugere que as horas adicionais dedicadas aos cursos técnicos foram responsáveis por reduzir as taxas de evasão.

Uma explicação para este fenômeno reside no fato de que o contato com um conteúdo técnico pode fazer com que os jovens exercitem habilidades como curiosidade para aprender, organização e determinação. Por sua vez, o fortalecimento dessas *soft skills* pode ajudar os estudantes a se organizar melhor quanto à rotina e aos estudos, explorando, mesmo que de forma indireta, potencial para engajá-los a finalizar os estudos.

Tal resultado está alinhado com evidências encontradas em países desenvolvidos,⁹ e reforça a eficácia do ensino técnico como estratégia para prevenir a evasão de jovens do sistema de educação formal. O caso do Ensino Técnico em Pernambuco é um bom exemplo representativo de como programas de apoio à transição para o mundo do trabalho têm potencial para combater a evasão escolar.

No restante desta subseção, serão abordados, de forma mais direta, alguns espaços de qualificação profissional e discutidas outras iniciativas e arranjos educacionais que também têm mecanismos para reduzir as taxas de evasão, dentro e fora do Brasil.

3.1.3. Itinerários formativos voltados para o mundo do trabalho

No formato tradicional do ensino médio, os alunos desenvolvem conhecimentos sobre as disciplinas ministradas e habilidades de aprendizado que poderão ser utilizadas e eventualmente aprimoradas durante o ensino superior. Contudo, a proposta do Novo Ensino Médio (NEM), homologada em 2017, tem gerado debates e controvérsias. O intuito da reforma é substituir o formato atual de currículo por um modelo mais flexível, colocando o jovem no centro do processo e dando-lhe o protagonismo em planejar e fazer escolhas consistentes com seu projeto de vida.

Para que fosse possível contemplar a heterogeneidade dos estudantes e de seus planos de vida e carreira, mediante a oferta de cinco diferentes itinerários formativos, a nova estrutura proposta para o ensino médio oferece a possibilidade de aprofundamento em quatro grandes áreas do conhecimento ou em uma trajetória de formação técnica e profissional, de modo a facilitar sua inserção em alguma ocupação após a graduação na escola. Além disso, a reforma ratifica a organização do ensino médio por áreas do conhecimento, sem referência direta a todos os componentes que tradicionalmente compõem o currículo dessa etapa.

Ao alinhar o conteúdo educacional com as competências exigidas pelo mercado de trabalho, a reforma pode suavizar a transição da escola para o mundo profissional. Mais que isso, outro efeito possível é que o contato diário com conteúdos do “mundo real” pode dar uma motivação maior à conclusão dos estudos. Além disso, alguns que defendem a reforma argumentam também que, aos jovens que, por algum motivo, escolham não seguir para o ensino superior, é preferível oferecer-lhes uma educação técnica e profissional de alta qualidade durante o ensino médio, gerando melhores oportunidades de ocupação.

No entanto, preocupações apontadas por setores contrários à reforma dizem respeito a diversos pontos da reforma, como, por exemplo, a crítica à escolha de itinerários e, mais rigorosamente, à questão da capacidade das escolas de ofertar todas essas trajetórias formativas aos estudantes, sobretudo com qualidade. Em particular, indica-se que, dada a

9. Dougherty (2018), Neild *et al.* (2015) e Kemple e Snipes (2000).

diversidade de condições das escolas brasileiras, dificilmente todas possuiriam a estrutura e o corpo docente necessários para oferecer todos os itinerários formativos, de tal sorte que muitas escolas se restrinjam a ofertar a quantidade mínima exigida de dois itinerários, o que na prática poderia cercear o protagonismo dos jovens no planejamento de suas vidas.

Embora o debate sobre uma modificação do modelo tradicional não seja recente em muitos lugares do mundo, esse tema passou a ganhar visibilidade há pouco tempo no Brasil. E diferentes perspectivas já têm sido identificadas acerca das vantagens, das desvantagens, dos desafios da implementação e dos princípios que guiaram a formulação do NEM.

3.1.3.1. Itinerários formativos: experiências internacionais

Ainda que não seja trivial comparar a situação brasileira com a de países desenvolvidos, alguns países adotaram sistemas parecidos de itinerários formativos e podem fornecer bons exemplos de implementação desse modelo que conseguiram reduzir a taxa de evasão nas escolas. Localidades como Estados Unidos, Coreia do Sul,¹⁰ Finlândia¹¹ e Austrália¹² são exemplos de iniciativas similares que, entre outros aspectos, permitem que alunos escolham trilhas profissionalizantes ou curse disciplinas optativas com diferentes ênfases.

No início dos anos 1990, a Noruega enfrentava dificuldades com as altas taxas de evasão escolar e com um número elevado de jovens que demoravam mais que o recomendado para se formar no ensino médio. Em resposta a isso, a Reforma de 1994 foi implementada com o propósito de aumentar a qualidade da educação técnica e reduzir os custos para aqueles que quisessem migrar do ensino tradicional para o ensino técnico, integrando o itinerário profissionalizante ao itinerário acadêmico.

As mudanças implementadas pela reforma reduziram o número de cursos vocacionais básicos, e os estudantes só precisam escolher uma especialização nos últimos anos do curso. Ainda, esforços foram feitos para garantir oportunidades de estágios de qualidade e facilitar um posterior ingresso no ensino superior. Os principais resultados dessa reforma mostram que, além de um aumento significativo nas matrículas no ensino vocacional, houve também uma redução na evasão escolar de, aproximadamente, 20 por cento entre as mulheres desfavorecidas.¹³ Entretanto, ao mesmo tempo em que a reforma do ensino médio norueguês elevou o número de alunos que optaram pela trilha profissionalizante, não foi observada uma redução nas taxas de matrículas no ensino superior (BERTRAND *et al.*, 2021), isto é, a reforma beneficiou a parcela da população que, de qualquer forma, não seguiria para a faculdade.

Retornando ao caso brasileiro, apesar das divergências, o NEM reitera os esforços realizados após a homologação da Base Nacional Comum Curricular de modernizar o currículo e as metodologias, tentando preparar os estudantes para os desafios da vida adulta.

10. Fala do Senador Pedro Chaves, sobre experiências similares em outros países, disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/23/novo-modelo-do-ensino-medio-e-adotado-em-varios-paises-lembra-pedro-chaves>.

11. Mais informações sobre o modelo finlandês estão disponíveis em: <https://finlandabroad.fi/bra/ensino-medio>.

12. Sobre o sistema educacional australiano, mais informações encontram-se disponíveis em:

<https://australiancentre.com.br/cursos/high-school>.

13. Como se pode observar em Bertrand *et al.* (2021).

Assim sendo, a implementação da reforma brasileira poderia se beneficiar estudando e aprendendo a respeito dos pontos fortes, fracos e dos desafios de iniciativas semelhantes ao longo do mundo.

3.2 Cursos profissionalizantes

Ao passo que o espaço da escola pode proporcionar uma qualificação profissional aos jovens, seja por meio de itinerários formativos ou do ensino técnico e profissional, também existem iniciativas fora do ambiente escolar que viabilizam esse tipo de aprendizagem. Tais programas geralmente são fruto de parcerias entre o setor público e privado, no qual órgãos governamentais firmam acordos com institutos de ensino privados para facilitar o acesso dos jovens a esse tipo de aprendizado, que abrange desde cursos de programação e petróleo e gás, por exemplo.

Como esses cursos são oferecidos fora do ambiente escolar, eles podem incluir jovens que ainda não concluíram o ensino médio, seja por ainda estarem finalizando os estudos ou por terem evadido do sistema escolar. Em ambos os casos, o aprendizado de *soft skills* por parte desses jovens pode afetar suas perspectivas sobre o futuro e incentivar planejamentos de longo prazo, dando maiores noções de maturidade e responsabilidade.

Neste sentido, esses cursos profissionalizantes também são iniciativas que têm um potencial de combater a evasão escolar, mesmo que, muitas vezes, elas atinjam aqueles que já evadiram. Tendo em vista que os jovens são os mais afetados pelo desemprego, rotatividade e informalidade, a oportunidade de aprender habilidades úteis para o mundo do trabalho pode motivar o retorno aos estudos como meio de acesso a melhores oportunidades, gerando um resgate de indivíduos em situações problemáticas.

3.2.1 Juventud y Empleo — República Dominicana

Um programa que nos ajuda a ilustrar de que modo operam iniciativas dessa espécie se chama *Juventud y Empleo*, da República Dominicana, que ocorre desde 2001. O objetivo da intervenção é facilitar a entrada de jovens entre 16 e 29 anos no mercado de trabalho, atribuindo enfoque naqueles que não finalizaram o ensino médio. A parceria do MTE com instituições de ensino privadas garante a oferta de uma série de cursos profissionalizantes, como de auxiliar administrativo, balconista, cabeleireiro, mecânico de automóveis, entre outros.

Em linhas gerais, os cursos têm duração de 225 horas, nas quais 75 horas são dedicadas a treinamento básico e as 150 horas restantes correspondem a treinamentos técnicos. Uma das vantagens do *Juventud y Empleo* é que ele foi desenhado para possibilitar futuras avaliações aleatorizadas, facilitando a investigação dos eventuais impactos do programa.

Embora nenhum estudo tenha se debruçado especificamente sobre a questão da evasão escolar, os resultados encontrados por Ibarra *et al.* (2014) nos permite pensar em mecanismos que possam levar a uma redução da evasão escolar. Os autores encontraram que, além de reduzir a gravidez na adolescência em 5 pontos percentuais, o programa foi responsável por desenvolver *soft skills* nos jovens. Esses dois resultados podem ser vistos como algo que incentiva o planejamento de longo prazo e a execução de um projeto de vida, incentivando a conclusão ou a retomada dos estudos.

3.2.2 *Proyecto Joven* — Argentina

Na Argentina, o *Proyecto Joven* tinha o objetivo de aumentar a empregabilidade e a produtividade de jovens carentes. Esse programa foi conduzido pelo governo com cofinanciamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento entre os anos de 1994 e 2001. Os estudantes acima de 16 anos que adinham de famílias pobres eram o público-alvo do programa, os quais, além de terem o ensino médio incompleto, também deveriam estar desempregados ou fora da força de trabalho.

O programa, composto de duas fases, oferecia cursos de treinamento que duravam em média 200 horas. Nas primeiras 6 a 8 semanas, os jovens recebiam treinamentos técnicos em certas ocupações, enquanto a segunda fase compreendia um estágio prático de 8 semanas, relacionado às habilidades aprendidas na fase inicial. Além disso, as empresas recebiam os jovens de forma gratuita, sem obrigação de pagar salários a eles, que, por sua vez, recebiam dos fundos do projeto uma bolsa de \$4 durante a fase de treinamento e \$8 durante a fase prática.

Apesar de não existirem evidências sobre o impacto do programa na evasão escolar, essa iniciativa tem um desenho promissor para lidar com essa questão, assim como o *Proyecto Projoven*, um programa uruguaio com implementação similar. Tendo em vista que além de desenvolver competências técnicas para o mundo do trabalho, invariavelmente o programa também auxilia seus participantes a exercitarem um conjunto de *soft skills* e, como já mencionado, tal processo pode contribuir, mesmo que indiretamente, para o entendimento da importância da graduação no ensino médio, combatendo a evasão.

4. Adaptação e implementação

Até aqui, foram listadas iniciativas de apoio à transição para o mundo do trabalho e foi discutido como tais iniciativas podem impactar a evasão escolar. Esta seção objetiva resumir tal conteúdo conforme a proposta deste caderno, fornecendo recomendações de boas práticas, para que, por meio da implementação dessas políticas, seja possível incentivar a permanência dos estudantes no ambiente escolar.

Identificamos cinco categorias de iniciativas que, ao preparar os jovens para o mundo do trabalho, têm potencial para combater a evasão escolar no ensino médio. Elas podem ser divididas em “iniciativas de experiência profissional” e “iniciativas de qualificação profissional”. A Tabela 1 (página 31) traz uma breve recapitulação sobre tal categorização.

Ainda que compartilhem o objetivo comum de qualificar o jovem para o mercado de trabalho, tais iniciativas ainda têm uma série de diferenças entre si. A seguir, entraremos em mais detalhes sobre como lidar com cada uma delas, dando ênfase a um conjunto de boas práticas e de fatores que devem ser levados em consideração durante a adaptação e a implementação desses programas.

a) Experiências profissionais concomitante ao ensino escolar

Dados do IBGE (IBGE, 2023, p. 22) mostram que, em 2022, cerca de 40 por cento das pessoas entre 14 e 29 anos com nível de instrução inferior ao ensino médio abandonaram a escola por necessidade de trabalhar. Ainda que a oportunidade de uma experiência profissional já tenha capacidade de influenciar positivamente a decisão dos jovens de prosseguir os estudos, é plausível presumir que um estágio remunerado tenderá a ser ainda mais eficaz que um não remunerado, tendo em vista o debate já levantado. Dado o papel central que os incentivos em dinheiro têm nessas iniciativas, recomenda-se, portanto, atenção especial para garantir a provisão desses recursos.

TABELA 1: Modelos de iniciativas de preparo para o mundo do trabalho

Categoria	Descrição	Grau de evidência
Experiência profissional		
Concomitante ao ensino escolar	Em geral, são programas de estágio que acontecem durante as férias ou durante o ano letivo, nos quais o trabalho (preferencialmente remunerado) permite que os jovens desenvolvam habilidades técnicas específicas e <i>soft skills</i> .	Alto
Arranjos governamentais	Também fornecem experiências profissionais, mas dependem de uma atuação do governo que conecta empregadores com jovens à procura de trabalho e facilita a sua contratação, geralmente por meio de subsídios.	Alto
Qualificação profissional		
Itinerários formativos voltados para o mundo do trabalho	São iniciativas como a do Novo Ensino Médio, nas quais os alunos têm maior autonomia para escolher se querem se aprofundar em algum campo do conhecimento (como matemática ou linguagens, por exemplo), ou em uma formação técnica profissional.	Médio
Educação Profissional e Tecnológica	Semelhante aos itinerários formativos, mas seus currículos tendem a ser mais específicos para a qualificação profissional e com maior carga horária.	Alto
Cursos de formação profissional	Não necessariamente ocorrem junto com o ensino médio, pois embora possam haver parcerias entre escolas e centros de formação profissional, muitas vezes eles são independentes. Esses cursos possibilitam uma formação técnica nas mais diversas áreas.	Médio

Fonte: *Elaboração dos autores.*

As iniciativas de experiências profissionais durante o período escolar já são bem documentadas, e há um elevado grau de evidências que sustentam a sua factibilidade. Nos programas aqui documentados, observamos que o financiamento pode vir de diversas fontes. Enquanto o *After School Matters* foi financiado por doações filantrópicas e parceria com o governo de Chicago, por exemplo, o SYEP de Boston contou com financiamento municipal, estadual e privado.

Para além do financiamento, a implementação de tais iniciativas pode ser realizada, por exemplo, em parceria com as instituições do terceiro setor ou empresas da esfera privada. Nestes casos, o poder público pode atuar na garantia da remuneração aos jovens, seja de forma integral ou parcial. Em ambos os casos, essa contribuição geralmente ocorre por meio de subsídios diretos ou isenções fiscais às empresas contratantes.

Os programas de estágio podem ser concomitantes ao ano letivo ou durante as férias, e além da atividade prática ao longo do dia — que pode ser de diversas naturezas —, uma série de iniciativas dedicam uma parte da carga horária a atividades como planejamento de carreira e desenvolvimento pessoal dos jovens. Caso seja de interesse implementar algo semelhante, recomenda-se que elas sejam feitas por profissionais devidamente treinados, isto é, deve-se promover a capacitação dos professores ou contratar profissionais já especializados na área.

b) Experiências profissionais através de arranjos governamentais

Esta categoria pode ser pensada como um desdobramento da anterior, mas com um componente adicional de uma atuação mais presente do setor público. A ideia é que, por meio da sua relativa vantagem em encontrar jovens interessados em trabalhar, haja uma intermediação do poder público para facilitar a conexão deles com empresas que desejam contratá-los. Para tanto, assim como feito em diversas iniciativas semelhantes, é recomendada a elaboração de um cadastro para empresas contratantes e jovens à procura de uma experiência profissional.

Para potencializar o uso do cadastro, diversas informações úteis podem ser coletadas. Informações sobre as habilidades dos jovens, por exemplo, podem ser úteis para conectá-los com empresas alinhadas. Mesmo que o jovem não possua nenhuma habilidade prévia — o que é comum nessa fase da vida —, saber sobre as suas preferências e gostos pode contribuir para fazer um *match* mais preciso, alocando o jovem em um emprego no qual ele veja significado. Além disso, ter dados sobre o local de moradia dos jovens e a localidade das empresas pode ser útil para garantir a viabilidade logística para o estudante.

Conforme os jovens sejam inseridos neste sistema, pelos dados coletados, o poder público consegue atuar com maior focalização. Por exemplo, é possível que um dos critérios de elegibilidade aos programas de estágio seja que a família do jovem esteja abaixo de uma determinada faixa de renda, o que é uma prática comum em iniciativas desta natureza, permitindo que justamente os mais vulneráveis — e mais propensos a evadirem da escola — sejam contemplados por estes programas.

Uma das maiores dificuldades em iniciativas dessa categoria é garantir a adesão por parte das empresas. É comum, portanto, que a despeito da realização de campanhas para convencê-las da atratividade e viabilidade da mão de obra jovem, os incentivos mais eficazes para motivar sua participação sejam os fiscais.

Além de ser de bom tom que as empresas, ao entrarem no cadastro, passem por alguma espécie de filtro que garanta sua reputação, também é recomendado que se estabeleça uma rede de apoio contínuo aos estudantes. Essa rede serve para que eles tenham a quem recorrer em casos de problemas no ambiente de trabalho, como exigências de cumprimento de horas adicionais ou demandas diferentes daquelas pré-acordadas. Ressalta-se que esta recomendação se estende também à categoria anterior, dada as semelhanças entre ambas.

c) Itinerários formativos voltados para o mundo do trabalho

A proposta do Novo Ensino Médio pode ser considerada um grande esforço realizado para aproximar o conteúdo ensinado em sala de aula com algumas das competências requeridas pelo mundo do trabalho. Todavia, sendo uma reforma educacional ampla e estrutural, a sua implementação vem sendo acompanhada de diversos desafios, principalmente ligados à questão da infraestrutura. Um dos principais pontos de crítica do modelo atual do Novo Ensino Médio, por exemplo, se concentra nas opções de escolha dos itinerários.

Tendo em vista a extensão territorial brasileira e a existência de mais de 5.500 municípios, há a preocupação de que o processo de escolha dos itinerários não se estenda a todos os estudantes. De fato, dada a obrigatoriedade mínima de oferecer pelo menos dois itinerários formativos, em municípios pequenos com uma ou duas escolas de ensino médio, as opções de escolha podem se tornar muito restritas, de modo que os jovens se vejam fadados a escolher entre os poucos itinerários que estiverem disponíveis, mesmo que não seja o mais desejado.

Nesse sentido, uma das recomendações para esta iniciativa é de que se busque garantir a liberdade de escolha para os jovens, que, em muitas ocasiões, nem sequer têm a possibilidade de optar por itinerários formativos voltados para o mundo do trabalho. Além disso, outra fonte de preocupação por parte dos especialistas¹⁴ refere-se à necessidade de uma preparação e apoio aos professores, além da provisão de recursos didáticos adequados.

Embora a reforma do ensino médio impacte, consideravelmente, o dia a dia dos estudantes, é necessário ter ciência de que ela também é uma novidade para os professores, ou seja, é recomendável que haja um treinamento adequado ou um apoio contínuo para que consigam lidar com a maior flexibilidade e escolhas que a reforma oferece aos alunos. Nessa linha, a implementação do NEM pode ser suavizada se recursos forem destinados para garantir o treinamento dos professores, desenvolver novos materiais didáticos e prover uma infraestrutura adequada.

d) Educação Profissional e Tecnológica

Projeto iniciado em 1909, à época sob a nomenclatura de Escolas de Aprendizes e Artífices, as escolas de Educação Profissional e Tecnológica representam uma das iniciativas mais bem consolidadas deste caderno. Melhorar a conexão das escolas com o mercado e alinhar a oferta de cursos com as necessidades regionais são estratégias possíveis para ampliar a participação ativa dos alunos nestas instituições. Apesar disso, as recomendações para tais iniciativas não se concentram em melhorias dentro das escolas técnicas. Isso ocorre porque as evidências aqui levantadas sugerem que o contato com conteúdos mais técnicos é o fator que contribui para que os jovens decidam prosseguir os estudos. Dessa forma, a oportunidade de estudar em uma escola técnica já traz um significativo potencial de influenciar a taxa de evasão escolar. E a melhoria *dentro* das escolas técnicas, embora relevante, por ora é uma questão de segunda ordem.

14. Em uma série de webinários realizados pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA-RP/USP), pesquisadores e educadores debateram sobre o Novo Ensino Médio. O conteúdo pode ser acessado por meio do link <https://www.youtube.com/watch?v=k7EbCqTOUlw>.

Um fato estilizado sobre as escolas de ensino técnico é que existe um viés nos estudantes que ingressam nestas instituições. Como em geral a demanda é maior que o número de vagas, é de praxe que seja realizado algum tipo de processo seletivo para decidir quais alunos podem se matricular ou não, e esse processo acaba selecionando justamente os jovens com maiores notas, que provavelmente também têm outras características que os levam a ter menos chances de evadir. Esses processos acabam por excluir o público mais vulnerável, que engloba exatamente aqueles que teriam maior benefício diante da oportunidade de estudar em uma escola de ensino técnico. Para garantir que essa juventude seja alcançada, uma possível estratégia é trabalhar para facilitar a entrada nas escolas, possivelmente pelo aumento do número de vagas ou de políticas focalizadas de acesso.

e) Cursos de formação profissional fora do ambiente escolar

Os cursos de formação profissional podem ser integralmente ofertados pelo governo ou por parcerias com a iniciativa privada. No primeiro caso, assim como na modalidade de Educação Profissional e Tecnológica, é necessária uma atenção especial à escolha dos cursos ofertados, para garantir que a capacitação técnica esteja em consonância com as demandas do mercado de trabalho da região. Já no segundo caso, é possível negociar uma reserva de vagas, livres de cobrança, destinadas a alunos da rede pública.

Em ambos os cenários, a coleta e a utilização de dados dos alunos pode potencializar significativamente a focalização de tais programas para os jovens que mais precisam. Ainda que fatores de difícil mensuração possam influenciar a evasão escolar, questões como *status* socioeconômico, desempenho acadêmico e número de suspensões também são importantes previsores de alunos que tendem a abandonar os estudos (SUH *et al.*, 2007), e todas estas são métricas de fácil obtenção por parte das escolas. Munidos desses dados, torna-se possível acompanhar os estudantes mais propensos a evadir, localizando escolas mais preocupantes e conectando a oferta desses cursos aos jovens dessas escolas.

Referências

AFTER SCHOOL MATTERS. *Adjusting to a new normal: Lessons Learned from After School Matters Summer 2021 Programs*. 2022. Disponível em: <https://t.ly/ldO4C>.

ALMLUND, M. *et al.* Personality psychology and economics. *Handbook of the Economics of Education*, Elsevier, p. 1-181, 2011.

ANOREG/BRASIL. *Programa Nacional do Primeiro Emprego — PNPE*. 2004. Disponível em: https://www.anoreg.org.br/site/imported_3422/.

ARELLANO-BOVER, J. The effect of labor market conditions at entry on workers' long-term skills. *Review of Economics and Statistics*, v. 104, n. 5, p. 1028-1045, 2022.

BAIRD, S.; MCINTOSH, C.; ÖZLER, B. Cash or condition? Evidence from a cash transfer experiment. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 126, n. 4, p. 1709-1753, 2011.

BERTRAND, M.; MOGSTAD, M.; MOUNTJOY, J. Improving educational pathways to social mobility: evidence from Norway's reform 94. *Journal of Labor Economics*, v. 39, n. 4, p. 965-1010, 2021.

BRUNNER, E. J.; DOUGHERTY, S. M.; ROSS, S. L. The effects of career and technical education: Evidence from the Connecticut Technical High School System. *The Review of Economics and Statistics*, v. 105, n. 4, p. 867-882, 2023.

CAMARGO, J. *et al.* Technical education, non-cognitive skills and labor market outcomes: Experimental evidence from Brazil. *IZA Journal of Labor Economics*, v. 10, n. 1, 2018.

CASE, A.; HOSEGOOD, V.; LUND, F. The reach and impact of Child Support Grants: evidence from KwaZulu-Natal. *Development Southern Africa*, v. 22, n. 4, p. 467-482, 2005.

CORSEUIL, C. H. L. *et al.* *A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro*. 2014.

DEMING, D. J. The growing importance of social skills in the labor market. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 132, n. 4, p. 1593-1640, 2017.

DEPARTMENT OF LABOR. *The Neighborhood Youth Corps: Three Years of Success*. Washington, D.C.: Bureau of Work-Training Programs, 1968.

DOUGHERTY, S. M. The effect of career and technical education on human capital accumulation: Causal evidence from Massachusetts. *Education Finance and Policy*, v. 13, n. 2, p. 119-148, 2018.

DURLAK, J. A. *et al.* The impact of enhancing students' social and emotional learning: A meta-analysis of school-based universal interventions. *Child development*, v. 82, n. 1, p. 405-432, 2011.

DYNARSKI, M. *et al.* Dropout Prevention. IES Practice Guide. NCEE 2008-4025. *National Center for Education Evaluation and Regional Assistance*, 2008.

ELACQUA, G. *et al.* Does technical education improve academic outcomes? Evidence from Brazil, *IDB Working Paper Series*, 2019.

GELBER, A.; ISEN, A.; KESSLER, J. B. The effects of youth employment: Evidence from New York City lotteries, *The Quarterly Journal of Economics*, v. 131, n. 1, p. 423-460, 2016.

GOERGE, R. *et al.* *After-school programs and academic impact: A study of Chicago's After School Matters*. 2007.

HALL, C. The effects of reducing tracking in upper secondary school: Evidence from a large-scale pilot scheme. *Journal of Human Resources*, v. 47, n. 1, p. 237-269, 2012.

HECKMAN, J. J.; KAUTZ, T. Hard evidence on soft skills, *Labour economics*, v. 19, n. 4, p. 451-464, 2012.

IBARRARAN, P. *et al.* Life skills, employability and training for disadvantaged youth: Evidence from a randomized evaluation design, *IZA Journal of Labor & Development*, v. 3, p. 1-24, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PNAD Contínua: Educação* 2022. 7 jun. 2023, 22p., 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>.

KEMPLE, J. J.; SNIPES, J. C. *Career Academies: Impacts on Students' Engagement and Performance in High School*. 2000.

LEOS-URBEL, Jacob. What is a summer job worth? The impact of summer youth employment on academic outcomes. *Journal of Policy Analysis and Management*, v. 33, n. 4, p. 891-911, 2014.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISA EM ECONOMIA SOCIAL (LEPES). *Policy Paper: Transição da escola para o trabalho: O desafio de alinhar as diferentes fases da vida dos jovens brasileiros*. Fev. 2021. Disponível em: <http://lepes.fearp.usp.br/policy-paper-transicao-escola-trabalho/>.

MODESTINO, A. S.; PAULSEN, R. School's out: How summer youth employment programs impact academic outcomes, *Education Finance and Policy*, v. 18, n. 1, p. 97-126, 2023.

NEILD, R. C.; BOCCANFUSO, C.; BYRNES, V. Academic impacts of career and technical schools. *Career and Technical Education Research*, v. 40, n. 1, p. 28-47, 2015.

NERI, M. *O paradoxo da evasão escolar sob a ótica das percepções e motivações dos sem escola*. Rio de Janeiro: FGV Social, 2019.

OPPEN SOCIAL & ITAÚ — EDUCAÇÃO E TRABALHO. *Relatório 1 — Custos das etapas e tipos de ensino da Educação Básica*. 2020. Disponível em: <https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/documents/ITAU-TPE-Custos-educacao.pdf>.

POROPAT, A. E. A meta-analysis of the five-factor model of personality and academic performance, *Psychological bulletin*, v. 135, n. 2, p. 322, 2009.

SCHADY, N. *et al.* Cash transfers, conditions, and school enrollment in Ecuador [with Comments], *Economía*, v. 8, n. 2, p. 43-77, 2008.

SCHLOSSER, A.; SHANAN, Y. *Fostering Soft Skills in Active Labor Market Programs: Evidence from a Large-Scale RCT*. 2022.

SCHMILLEN, A.; UMKEHRER, M. The scars of youth: Effects of early-career unemployment on future unemployment experience, *International Labour Review*, v. 156, n. 3-4, p. 465-494, 2017.

STRATEGIC AND SERVICE POLICY BRANCH. *Horizontal Evaluation of the Youth Employment Strategy — Summer Work Experience Stream*. Canadá, 2020. 22-27p. Disponível em: https://publications.gc.ca/collections/collection_2020/edsc-esdc/Em16-19-3-2020-eng.pdf.

SUH, S.; SUH, J.; HOUSTON, I. Predictors of categorical at-risk high school dropouts. *Journal of Counseling & Development*, v. 85, n. 2, p. 196-203, 2007.

TORRES, D. C. A. *et al.* *Specific Soft Skills Psychoeducation as a Strategy for Building and Developing a Life Project in Young People*. 2022.

ZILIC, I. General versus vocational education: Lessons from a quasi-experiment in Croatia, *Economics of Education Review*, v. 62, p. 1-11, 2018.

Este exemplar é parte do nosso compromisso com a responsabilidade ambiental.
Cada página foi impressa em papel proveniente de fontes responsáveis,
refletindo nosso cuidado em preservar os recursos naturais e minimizar o
impacto sobre o planeta. Edição limitada.



PARCERIA

